

PÁG 2 MP estabelece condições para empréstimos às Distribuidoras e aporte do Tesouro para custear baixa renda

PÁG 4 Aneel está alinhada com a Abraceel no combate à crise

PÁG 7 Reunião com Secretário Limp e equipe do MME discute soluções para a pandemia

PÁG 10 Conselho discute Covid-19, ação solidária e participação dos comercializadores no ONS

PÁG 13 Aneel autoriza liberação de R\$2 bilhões de fundo para agentes de consumo

PÁG 15 Primeira reunião do MME com o setor para debater a crise

PÁG 18 Abraceel promove ação solidária

PÁG 20 8º Encontro do Preço Horário da CCEE debate dificuldades na reprodutibilidade do Dessem

PÁG 22 SRG apresenta à Abraceel as propostas para redeclaração de inflexibilidade

PÁG 24 Fórum do Gás debate com ANP efeitos da pandemia no mercado de gás

PÁG 26 Abraceel discute segurança de mercado com CCEE e Aneel

PÁG 29 Curtas: Abraceel discute com Banco Safra efeitos na pandemia no mercado livre

Experiências do mercado americano na crise do coronavírus

... e muito mais!

PÁG 32 Agenda Semanal Abraceel



MP estabelece condições para empréstimos às Distribuidoras e aporte do Tesouro para custear baixa renda

Matéria em 1 minuto:

- MP 950 viabiliza crédito para alívio de caixa das distribuidoras por meio de encargo tarifário;
- Consumidores que migrarem para o ACL pagam custos do ACR;
- Isenção do baixa renda será com aportes do tesouro à CDE, limitados a R\$900mi.



Tempo de leitura:
3 minutos

Na noite de quarta-feira, **08.04**, foi publicada, em edição extra do Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 950, com medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da pandemia.

A MP 950 busca estabelecer condições para viabilizar eventual operação de crédito para alívio de caixa das distribuidoras, exclusivamente por meio de encargo tarifário, tal como feito na Conta-ACR.

Para isso, define que o *“Poder Executivo federal poderá estabelecer condições e requisitos para a estruturação das operações financeiras e para a disponibilização e o recolhimento dos recursos”*. Os detalhes deverão constar do regulamento.

Além disso, a MP 950 define que os consumidores cativos que migrarem para o mercado livre deverão pagar os custos remanescentes das operações financeiras, conforme transcrito a seguir:

“Art. 4º Os consumidores do ambiente de contratação regulada, de que trata a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que exercerem as opções previstas no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nos art. 15 e art. 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras de que trata o inciso XV do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002.

§ 1º O encargo de que trata o caput será regulamentado em ato do Poder Executivo federal e poderá ser movimentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

§ 2º Os valores relativos à administração do encargo de que trata o caput, incluídos os custos administrativos e financeiros e os tributos, deverão ser custeados integralmente pelo responsável pela movimentação.”



Para melhor compreensão, segue a redação do inciso XV e do caput do artigo 13, acima mencionado, conforme dispõe a MP 950:

“Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando ao desenvolvimento energético dos Estados, além dos seguintes objetivos:

.....

XV - prover recursos, exclusivamente por meio de encargo tarifário, e permitir a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos no setor elétrico decorrentes do estado de calamidade pública, reconhecida na forma prevista no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para atender às distribuidoras de energia elétrica.”

A MP 950 ainda isenta os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda do pagamento pelo consumo de até 220 kWh/mês, por 3 meses, até 30 de junho de 2020. Parcela desse pagamento, limitada a R\$ 900 milhões, será feito com aportes do Tesouro.

Nesse sentido, também foi editada a Medida Provisória nº 949, que abre crédito extraordinário em favor do MME no valor de R\$ 900 milhões para transferência à CDE.

A íntegra das MPs está disponível no site da Abraceel.



Aneel está alinhada com a Abraceel no combate à crise

Matéria em 1 minuto:

- Pepitone enxerga a crise como oportunidade para rever o modelo setorial;
- Também não enxerga que a solução para o regulado deva afetar o livre;
- Sobre os prazos das notificações, Sandoval afirmou que é necessário avaliar a situação particular de contratação de cada distribuidora;
- Abraceel pediu uma mensagem da Agência para tranquilizar o mercado.



Tempo de leitura:
5 minutos

A Diretoria Executiva e o Conselho da Abraceel reuniram-se, via videoconferência, com a Aneel, no dia **08.04**, para discutir as soluções para enfrentar a crise no setor. Estiveram presentes, representando a Agência, os diretores André Pepitone, Efrain Cruz, Elisa Bastos e Sandoval Feitosa, além de superintendentes e assessores.

O Presidente do Conselho de Administração, Ricardo Lisboa, deu início à reunião, relatando as negociações no mercado livre e a orientação da Abraceel em relação aos impactos da crise, frisando que o mercado tem buscado a negociação, o que poderá reduzir a judicialização. Sobre as alegações de força maior de algumas distribuidoras, Lisboa defendeu o respeito aos CCEARs e argumentou que não é produtivo passar os prejuízos de um agente para outro.





O conselheiro Daniel Marrocos também mencionou as negociações e o trabalho para preservar a solvência das empresas, buscando mitigar os efeitos negativos. Rafael Mathias mencionou que o momento da reunião correspondia ao sexto dia útil e perguntou sobre a liquidação da CCEE.

Reginaldo Medeiros reafirmou o respeito aos contratos, destacando que o mercado livre está dialogando para resolver os impasses. Manifestou a preocupação de que a aventada criação de uma conta ACR-2 para socorrer o caixa das distribuidoras atinja o ACL, questão também levantada pelo Vice-Presidente de Energia, Alexandre Lopes, que defendeu que os custos de sobrecontratação e a inadimplência incorridos pelas distribuidoras não podem recair sobre os consumidores livres, que também estão enfrentando dificuldades em honrar seus próprios contratos.



Takamori mencionou a questão dos prazos para resolver o processo de socorro às distribuidoras e perguntou sobre a visão da Aneel. Sandoval respondeu que é necessário avaliar a situação particular de contratação de cada distribuidora, bem como da inadimplência. Afirmou que o repasse de custos está sendo estudado, assim como o timing.

Elisa disse que a diretoria está muito unida e em busca de soluções para os problemas que estão surgindo. Estão buscando ações coordenadas e ágeis, mas sem impactar o longo prazo, respeitando os contratos e a correta alocação de custos. Em linhas gerais, pretende-se dar solução imediata ao caixa e avaliar as medidas ao seu tempo. Efraim pediu confiança na Aneel, assegurando que as soluções serão equilibradas.

Na sequência, Lisboa relatou que é normal o mercado ficar ansioso nos momentos de novas medidas. Mencionou que o ambiente livre já está pagando sua parcela das perdas e já sofre a redução de receitas. Pediu que a Aneel mantenha a transparência aos princípios que pretende adotar, ideia corroborada pela diretora Elisa.



Pepitone sugeriu que a crise é uma oportunidade de se rever o modelo do setor, principalmente no que se refere à supressão de subsídios. Sobre as medidas para o mercado regulado afetarem o mercado livre, o diretor acredita que essa fronteira não pode ser transposta, frisando que a Aneel está alinhada com a Abraceel nesse tema. Pondera, contudo, que ainda não se sabe o que fazer e qual o alcance das medidas. Defendeu a utilização dos fundos sem afetar as tarifas, que já estão altas. O Diretor-Geral relatou a medida da Agência ao injetar liquidez no mercado livre com a liberação de recursos do fundo para alívio do ESS.



Reginaldo mencionou o trabalho contratado no âmbito do Fase, que tem o objetivo de propor soluções integradas e consensuais, sempre destacando a necessidade de respeito aos contratos, cujo resultado será levado ao conhecimento da Aneel. Sandoval elogiou a iniciativa das Associações, já que a crise não atingiu apenas um segmento, mas todo o setor.

Sandoval relatou a percepção da Agência sobre a situação. Reginaldo pediu à Aneel uma mensagem de tranquilidade ao mercado. Finalizando, Lisboa detalhou a ação social realizada pela Abraceel e Pepitone pediu a união das instituições.

Por fim, os associados reforçaram a necessidade de alinhamento, especialmente para os casos de contrapartes que são atendidas por mais de uma comercializadora, e de contínuo incentivo ao diálogo e de respeito aos contratos.

Reunião com Secretário Limp e equipe do MME discute soluções para a pandemia

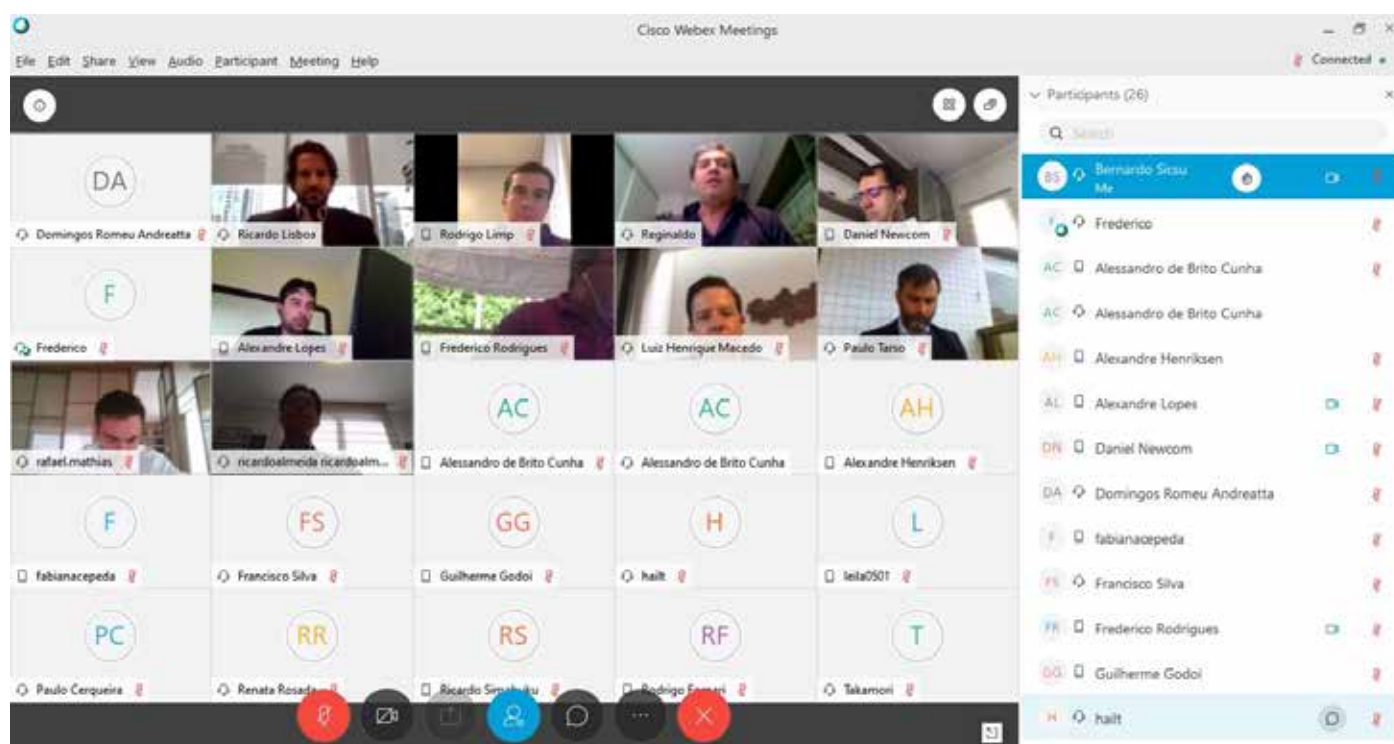
Matéria em 1 minuto:

- Em reunião com Limp, Abraceel reforça o respeito aos contratos e destaca que o ambiente livre já está sofrendo com a crise e se autorregulando;
- Limp afirma que o socorro às Distribuidoras virá por empréstimo de bancos e que será preservada a correta alocação de custos entre os ambientes livre e regulado;
- MME deseja conhecer proposta do Fase para solucionar a crise.



Tempo de leitura:
5 minutos

O Conselho da Abraceel e sua Diretoria Executiva fizeram videoconferência com o Secretário de Energia Elétrica do MME, Rodrigo Limp, e equipe do MME, nessa quarta-feira, **08.04**, para debater uma agenda de soluções para a crise no setor de energia.



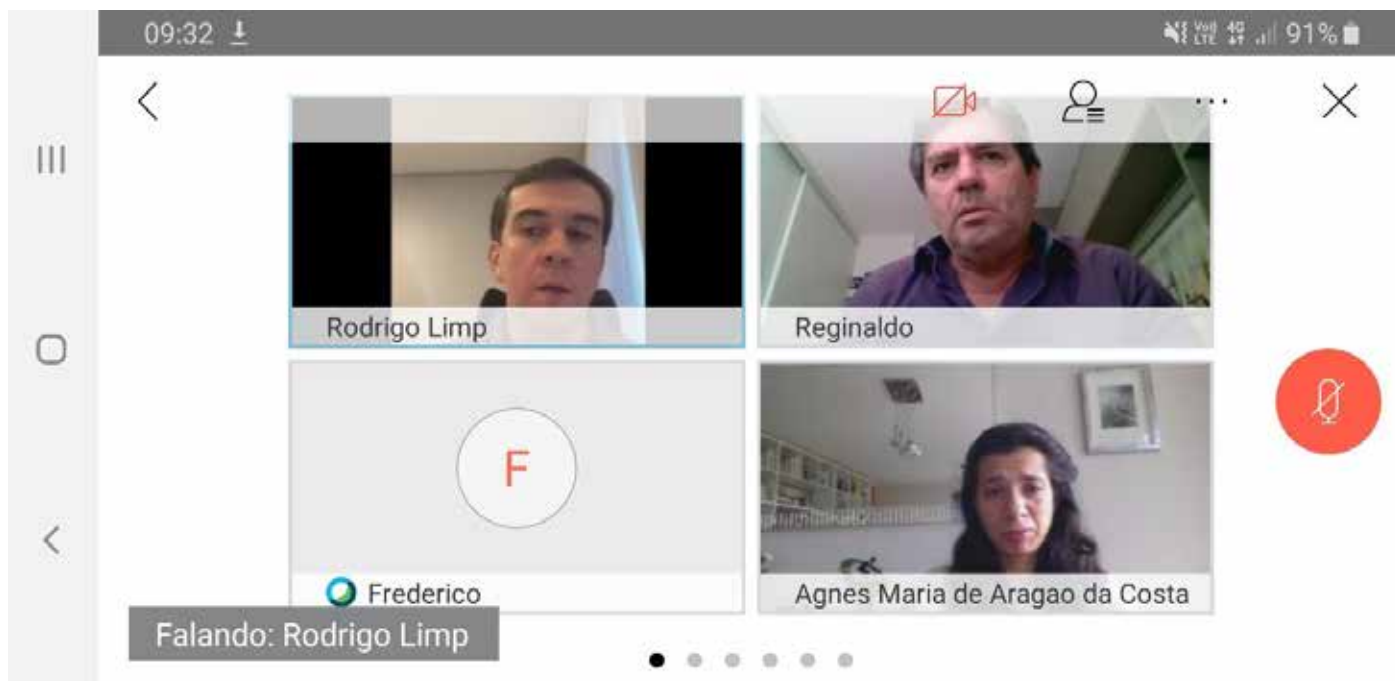
Depois das apresentações, Reginaldo começou relatando o comunicado da Abraceel aos associados, baseado no parecer do Consultor Jurídico, Julião Coelho, que prega o respeito aos contratos. Na sequência, mencionou a orientação, também enviada aos associados, para contestar as notificações de algumas distribuidoras quanto aos CCEARs. Ambas foram enviadas à Aneel e MME. Em seguida mencionou o estudo patrocinado pelo FASE, cuja intenção é harmonizar as soluções para levar algo mais consensual ao Governo, respeitando a liberdade desse tomar suas próprias decisões. O problema central é a queda de consumo e aumento da inadimplência, causado pela dificuldade de

pagamento por parte dos consumidores. Nessa contextualização, louvou as iniciativas em andamento no Congresso Nacional e MME. Finalizando sua fala, registrou que, se todos os consumidores fossem livres, os impactos seriam menores.

Passada a palavra aos Conselheiros, Ricardo Lisboa parabenizou Limp pela nova função. Sobre o acionamento da cláusula de força maior nos contratos, destacou que não adianta passar o problema de um contrato para outro, o que nada resolve, ressaltando que isso não está acontecendo em outros países. Também louvou a iniciativa de repasse de recursos ao setor feita no dia anterior pela Aneel. Crê que poucos casos no mercado livre irão para a esfera judicial, uma vez que o ambiente está se autorregulando.

O conselheiro Paulo Tarso falou na sequência, dizendo que o mês de abril será desafiador e que o pacote de ajuda, ora em gestação, será importante. Eduardo Takamori afirmou que há um conceito por trás do argumento da força maior, de que todos devem pagar uma parte, e que as empresas como a Engie, já estão sendo afetadas nos diversos elos da cadeia, como o dos investimentos em obras. Finalizando, pediu para o secretário Limp falar sobre os prazos das ações.

Limp afirmou o alinhamento com as premissas defendidas pela Abraceel, destacando o respeito aos contratos. Acredita que no mercado regulado acontecerá um acompanhamento mais próximo pelo aparato institucional. Afirmou que a prioridade é manter a saúde do setor elétrico, sendo o cuidado com as distribuidoras essencial nesse trabalho, em especial no curto prazo, por serem essas as grandes arrecadadoras do setor. O pacote de auxílio está sendo operacionalizado e, provavelmente, acontecerá via pool de bancos, levando aproximadamente quatro semanas para ser viabilizado. O secretário reconheceu que é difícil prever o que acontecerá com a economia no curto e médio prazos. Também comentou sobre a medida provisória em vias de ser editada, conforme divulgado na mídia. A proposição daria a diretriz geral, mas os detalhes seriam definidos em decreto e regulação.



Quando questionado se o custo desse empréstimo poderia recair no mercado livre, Limp afirmou que não deverão ser criados novos encargos e isso iria para as tarifas. A ideia é manter os custos na origem para preservar a alocação correta dos custos a quem os origina. *“Se o ativo é cobrado na TUSD, deverá ser cobrado na TUSD, o que é de respeito à compra de energia, será cobrado na Tarifa de Energia”*, ressaltou o Secretário. Esse também foi o entendimento de Domingos Andreatta, secretário-adjunto. Agnes Costa ponderou que não existe “bala de prata” e que o MME monitora permanentemente o mercado.

O VP de Energia da Abraceel, Alexandre Lopes, destacou que o foco é com o ambiente regulado e com o fluxo de pagamentos do setor, já que o mercado livre vem buscando resolver seu problema e negociar seus contratos, conforme o caso.

Frederico Telles, da Assessoria Econômica do MME, perguntou sobre o estudo patrocinado por seis associações do Fase, e se as ações preconizadas para o mercado livre de negociação do contrato entre as partes poderiam ser replicadas para o mercado regulado. Reginaldo confirmou a contratação do estudo junto à Consultoria PSR e que os assuntos estão sendo discutidos, mas ainda em fase inicial. Prevê um prazo de 15 dias para os primeiros resultados do trabalho.

O secretário Limp pediu que o resultado fosse encaminhado ao Ministério. Em seguida, questionou a situação e percepção dos empreendedores de energia renovável. Lisboa e Alessandro afirmaram que obras foram paralisadas, mas que se espera a retomada. Takamori disse que os projetos que estão em andamento são os mais problemáticos e o objetivo é manter os contratos. Pediu que se avaliasse a possibilidade de explicitar nos decretos governamentais que obras são serviços essenciais, respeitando as questões de segurança e saúde dos trabalhadores, e Limp disse que isso já é objeto de preocupação do Governo.

Guilherme Godoi pediu que o MME fosse informado indicando o local das obras que estão tendo problemas, para haver interlocução do Ministério junto a estados e municípios. Rodrigo Fornari corroborou com o pedido e afirmou que o MME já está agindo.

Finalizando a reunião, Reginaldo Medeiros reafirmou o nome da categoria Comercialização para a eleição na CCEE, Marcelo Loureiro, e Lisboa finalizou mencionando a ação social da Abraceel que está detalhada na matéria “Abraceel promove ação solidária”.

Conselho discute Covid-19, ação solidária e participação dos comercializadores no ONS

Matéria em 1 minuto:

- Conselho nivela informações com associados sobre as ações da Abraceel para combater os impactos da crise nos contratos do mercado livre;
- Pesquisa enviada aos representantes sobre a participação dos comercializadores no ONS recebe respostas até o dia 17.04.



Tempo de leitura:
4 minutos

Abrindo a reunião, Ricardo Lisboa cumprimentou a todos os cerca de 120 participantes e ressaltou que, pela primeira vez, a Abraceel estava realizando uma videoconferência do Conselho de Administração com os associados. Frisou que, para o bom andamento do trabalho, algumas diretrizes eram necessárias e passou a palavra ao diretor Bernardo Sicsú, moderador do encontro, que explicou brevemente as regras para condução da reunião.



Na sequência, Lisboa expôs os objetivos do encontro e ressaltou que a pauta estava centrada em três itens:

- andamento das iniciativas da Abraceel nas duas últimas semanas, para superar os problemas surgidos no mercado em face da crise da pandemia da Covid-19;
- ação filantrópica dos associados, capitaneada pela Abraceel, para superar a crise na saúde pública e os efeitos sociais do isolamento social vigente;



(iii) participação dos comercializadores no ONS.

A palavra foi então passada a Reginaldo Medeiros, que assim sintetizou a pauta apresentada por Lisboa.

1) Efeitos da pandemia no mercado:

a) em face das notificações de associados, sobre alegação de força maior como argumento para o não cumprimento de contratos livremente negociados no ACL, o Consultor Jurídico da Associação, Julião Coelho, elaborou um parecer legal que, na essência, aborda as circunstâncias do tema nas cláusulas expressas no chamado Contrato Padrão Abraceel, visando orientar os associados sobre os aspectos legais detalhados nas suas diversas cláusulas;

b) relato dos diversos contatos com as autoridades (Aneel, MME, CCEE) sobre a visão da associação para encaminhamento da crise;

c) a contratação da consultora PSR pelo consórcio formado pela Abraceel, Apine, Abiappe, Abrace, Abragel e Abradee para buscar soluções harmônicas e consensuais para os problemas setoriais originados com a pandemia da Covid-19;

d) carta elaborada pela Abraceel contendo sugestão aos associados sobre a contranotificação às distribuidoras que enviaram notificação de alegação de força maior pela crise pandêmica da Covid-19 nos CCEARs, bem como relato de envio de documento à Aneel contendo a posição da associação sobre o tema; e

e) relato da reunião ocorrida no dia **04.04** com o ministro Bento Albuquerque e equipe, na qual Ricardo Lisboa e Reginaldo Medeiros representaram a Abraceel, e cujo relato está na matéria “Ministro se reúne com associações setoriais”.

2) Ação solidária Abraceel

Sobre a iniciativa de ação social capitaneada pela Abraceel, abriu-se a palavra aos associados, quando Daniel Rossi, da Capitale, e Cláudio Monteiro, da Matrix, expuseram as ações desenvolvidas por comercializadores, que visam angariar recursos para leitos hospitalares e fornecimento de cestas básicas, conforme detalhado na matéria “Abraceel promove ação solidária”, com o objetivo de ajudar a superar a crise na saúde pública e fornecer meios para que a população carente possa permanecer em isolamento social durante a pandemia.

3) Participação dos comercializadores no ONS

Por fim, foi discutida a opinião dos associados sobre a reivindicação da participação dos comercializadores no Conselho do ONS. Nesse item, o Vice-Presidente Alexandre Lopes e o Diretor Bernardo Sicsú discorreram sobre um documento, enviado no dia 07.04 aos representantes, que contém as atribuições da Assembleia e Conselho do ONS, bem como os direitos e deveres envolvidos na eventual participação dos comercializadores, a



depende de decisão da Aneel. No debate que se seguiu, decidiu-se pelo envio de pesquisa aos associados para consulta quanto aos próximos passos com relação ao tema. A pesquisa foi encaminhada por e-mail aos representantes no dia **07.04** e o prazo para respostas se encerra no dia **17.04**.

Aneel autoriza liberação de R\$2 bilhões de fundo para agentes de consumo

Matéria em 1 minuto:

- Aportes do Tesouro podem ser solução do Governo para distribuidoras;
- Abraceel estará presente na reunião do MME com associações do setor para discutir a crise;
- Ministro Bento acredita que os projetos da portabilidade, GSF e Eletrobras podem avançar após a pandemia.



Tempo de leitura:
3 minutos

Mensalmente na contabilização do MCP são apurados os valores de excedentes financeiros e de exposições positivas verificadas. Esses valores são utilizados para alívio de encargos (ESS de restrição elétrica, compensação síncrona e serviços ancilares) e exposições negativas no mês corrente e nos 12 meses anteriores. Caso ainda haja sobra de recursos, esses valores compõem um fundo de reserva para alívio futuro de encargos, que hoje soma aproximadamente R\$ 2 bilhões.



A recontabilização pode gerar uma diferença no valor desse fundo, que precisa ser recomposto pelos agentes participantes do processo, ainda que esses não tivessem qualquer relação com a formação ou utilização do fundo. Por essa razão, a Aneel propôs que não sejam mais apurados alívios retroativos em processos de recontabilização, e conseqüentemente a recomposição do fundo de reserva. A proposta foi endossada pela Abraceel na contribuição à CP 39 de 2019 e aprovada pela diretoria da Aneel em reunião do dia **07.04**, equacionando uma distorção que poderia trazer impactos relevantes aos comercializadores em processos de recontabilização.

Além disso, diante da expectativa de redução de demanda e de prejuízos econômicos por causa da pandemia do coronavírus, o diretor relator Júlio Ferraz propôs que os recursos do fundo de reserva para alívio de encargos, de R\$ 2,022 bilhões, fossem liberados imediatamente pela CCEE aos agentes de consumo (incluindo as distribuidoras), de forma que esses consigam manter suas obrigações, beneficiando toda a cadeia do setor elétrico.



Em seu voto, Júlio destacou que a intenção é adiantar aos consumidores um recurso que seria apropriado por eles no futuro, à medida que surgissem encargos sujeitos a alívio. Os recursos serão rateados pela média do consumo líquido dos agentes nos últimos 12 meses, mesma proporção utilizada na restituição da Coner.

O valor destinado exclusivamente aos 7.166 consumidores do ACL é da ordem de R\$ 547 milhões, referente à última contabilização realizada. A CCEE já operacionalizou o repasse e os agentes podem resgatar os créditos disponíveis na conta corrente destinada ao MCP no Bradesco. Agentes que aderiram a partir de janeiro de 2020 não possuem consumo na janela de apuração e por isso não fizeram parte do rateio de recursos.

Na operacionalização,, foram retidos os eventuais valores inadimplidos por cada agente na última liquidação do MCP, os quais serão caucionados para abatimento dos débitos na próxima liquidação, sendo liberados apenas os recursos que superam o valor da inadimplência existente. Ao longo de 2020, o repasse será operacionalizado sempre que houver sobra de recursos.



Primeira reunião do MME com o setor para debater a crise

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel quer ser parte da solução e frisa respeito aos contratos;
- MME: objetivo principal é preservar a saúde financeira do setor, a capacidade de pagamento dos consumidores e atenuar o impacto tarifário.



Tempo de leitura:
5 minutos

Representando a Abraceel, Ricardo Lisboa e Reginaldo Medeiros participaram, no dia **04.04**, de reunião com o Ministro Bento Albuquerque. Também participaram os dirigentes máximos da Aneel, CCEE, ONS e EPE, além dos Secretários do Ministério e representantes de todas as associações do setor elétrico. Na pauta, as medidas de enfrentamento aos impactos da pandemia no setor. As principais manifestações no encontro, que começou às 11h e terminou às 13h03, foram:

Abraceel (Ricardo Lisboa):

- sucesso do setor elétrico nos últimos anos pode ser medido pela confiança dos investidores nos leilões de transmissão e geração, o que requer o estrito respeito às cláusulas dos contratos e à manutenção na confiança dos investidores para sua continuidade;
- a Abraceel quer ser parte da solução do problema que afeta toda a cadeia do setor elétrico, mas as soluções devem respeitar os contratos e o fluxo de pagamento setorial;
- a crise é passageira e a solução dos problemas temporários deve se restringir aos desafios novos que a COVID-19 trouxe: a) redução do mercado e b) brutal queda temporária de receita das empresas;
- temos que respeitar as especificidades dos dois mercados que temos: ACR e ACL. No ACL, os contratos bilaterais têm cláusulas específicas e estão sendo discutidos com os clientes sempre que solicitado, todos estão tendo boa vontade com a difícil situação atual, que afeta a todos, mas as negociações são caso a caso, não cabendo invocar força maior nos contratos tanto do ACR, mas principalmente do ACL. Não vale jogar a “batata quente” no colo dos outros!
- o MME foi muito feliz ao esclarecer que vai dar continuidade à modernização setorial e apoio à aprovação do PLS 232 e da solução para o GSF;
- a Abraceel está promovendo campanha entre seus associados para arrecadar fundos para construção e 60 leitos de UTI e outras iniciativas neste momento de grande consternação do país e do mundo. Somos parte da solução do problema! (Maiores detalhes na matéria: Abraceel promove ação solidária).

**Ministro Bento Albuquerque:**

- tem acompanhado os impactos da COVID-19 no mundo, em parceria com outros parceiros internacionais;
- tem trabalhado em parceria com outros Ministérios, em especial com o Ministério da Economia;
- dará continuidade ao projeto de modernização do setor, ora em curso no MME;
- a solução para a situação provocada pela COVID-19 é excepcional e será tratada como tal;
- o objetivo principal é preservar a saúde financeira do setor e a capacidade de pagamento dos consumidores e, na medida do possível, atenuar o impacto tarifário;
- está empenhado em aprovar solução para GSF no Congresso Nacional (PL 3975/2019);
- continuará a zelar pela credibilidade e atração de investimentos, assegurando previsibilidade e segurança jurídica;
- agradeceu as manifestações de carinho e apreço quando contraiu o vírus e disse que voltou restabelecido ao pleno trabalho em Brasília;
- não se tem certeza quando o problema da pandemia será finalizado, mas é certo que haverá um D+1, portanto temos que trabalhar no futuro;
- destacou que nada foi esquecido mencionando a geração distribuída e a eficiência energética e que trabalhará na saúde do setor de forma equilibrada. Finalizando, pontuou que o ambiente atrativo de negócios no SEB deve ter continuidade, mantendo diálogo e transparência com o setor.

Secretária Marisete Pereira – principais medidas:

- consumidor: suspensão de corte para consumidores residenciais e autoleitura de medidores pelos consumidores;
- social: elaboração de proposta para ampliação temporária dos descontos para consumidores de baixa renda sem aumento tarifário (supostamente recursos do tesouro);
- operação do sistema: tratativas com governos estaduais e municipais para assegurar a continuidade da prestação dos serviços; monitorando a demanda e garantindo a segurança do suprimento;
- sustentabilidade da cadeia: tratativas com distribuidoras para resolver problemas de caixa no curto prazo;



- ações: ouvir as demandas do setor, centralizar pleitos e medidas de enfrentamento, coordenar as ações de instituições competentes por soluções no âmbito do MME e gerar informações sistematizadas para relatar e articular soluções da área de energia no âmbito do Comitê de Crise da Presidência da República.

Secretário Rodrigo Limp:

- aplicação temporária de desconto nos consumidores de baixa renda;
- assegurar a garantia de fornecimento na crise - Decreto do Presidente da República define essencialidade dos serviços públicos de energia elétrica;
- tem realizado diversos encontros no SEB para preservar a saúde financeira do setor, em especial com as distribuidoras, prioridade no momento;
- não existe solução única do tipo “bala de prata”, mas um conjunto de soluções para a crise;
- o guia do MME para a crise será o respeito aos contratos e ao arcabouço regulatório do setor.



Abraceel promove ação solidária

Matéria em 1 minuto:

- Qualquer um, pessoa física ou jurídica, pode ajudar na construção de UTIs ou na compra de cestas básicas;
- As doações são enviadas diretamente para as instituições.

[Link na matéria;](#)



Tempo de leitura:

3 minutos

A Abraceel, junto aos seus comercializadores, ciente de que os brasileiros estão unidos em busca de um objetivo comum: “vencer a pandemia que está atacando as pessoas e o mundo” está testemunhando um momento que poucas vezes o Brasil viveu de tamanha união e solidariedade entre todos.

A associação não poderia ficar de fora dessa corrente, até porque os comercializadores de energia estão conscientes da relevância de sua inserção social e da necessidade de termos uma atuação filantrópica e efetiva neste momento de crise. Estamos engajados em duas iniciativas que vão ao encontro das necessidades dos mais humildes e carentes e estão em consonância com as orientações das autoridades da área da saúde.

A primeira ação visa auxiliar no tratamento de pessoas doentes, com a construção de 60 leitos de UTI para hospitais de São Paulo, por meio de um projeto que será coordenado e operacionalizado pelo Hospital Israelita Albert Einstein. Cada leito de UTI criado, representará várias vidas que poderão ser salvas.

Pretende-se o aumento da capacidade de internação de pacientes graves com insuficiência respiratória nos hospitais municipais M'Boi Mirim – Dr. Moysés Deutsch e Vila Santa Catarina – Dr. Gilson e Cássia Marques de Carvalho, cuja demanda será crítica já na primeira semana de abril. No primeiro, o objetivo é ampliar em 40 os leitos de UTI para adultos; já no segundo, em mais 20. Vale lembrar que o Hospital Municipal Vila Santa Catarina é especializado no cuidado a pacientes de alta complexidade (Transplante e Oncologia), que estão no grupo de risco para o desenvolvimento de complicações respiratórias associadas a COVID-19.

Um leito de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) é composto, no mínimo, por 1 cama hospitalar, 1 respirador/ventilador mecânico, 1 monitor multiparamétrico e bombas de infusão, somando um total de R\$ 150 mil reais para cada leito.

Ao fim da pandemia de COVID-19, todos os leitos e estruturas médicas serão incorporados aos hospitais públicos da rede municipal, já carentes desses recursos, que serão fundamentais no cuidado de milhares de brasileiros.



Uma segunda ação objetiva criar condições para que pais e mães mais carentes, permaneçam em suas casas. Nesse caso, a Abraceel estará direcionando os recursos financeiros para o Projeto UNIÃOOSP, que utilizará o RenovaBr para a originação e distribuição de cestas básicas nos bairros mais carentes de São Paulo, via as Subprefeituras, que têm no seu corpo administrativo profissionais formados no RenovaBr.

É por essas razões que estamos conclamando os associados da ABRACEEL, que já possuem uma tradição filantrópica reconhecida, a contribuírem para o sucesso dessa empreitada. Ressalvamos que contribuições de empresas não associadas, bem como de pessoas físicas, obviamente também serão bem-vindas.

Todas as doações serão direcionadas diretamente aos nossos parceiros, Hospital Israelita Albert Einstein e UNIÃOOSP/RenovaBr. A Abraceel servirá de facilitadora desse processo, intermediando, no que se fizer necessário, o contato com as duas instituições.

As doações podem ser feitas diretamente no link: <https://www.einstein.br/pages/formularioacoesabraceel.aspx>

Para a segunda ação, que objetiva criar condições para que pais e mães mais carentes permaneçam em suas casas, doações podem ser realizadas diretamente pelo link: <https://www.uniaosp.org/>

Ressaltamos que até o fechamento da edição já arrecadamos a quantia de R\$ 2.514.000,00 para construir leitos de UTI para os hospitais de São Paulo e R\$ 203.500,00 para compra de cestas básicas.

Mais uma vez, agradecemos a ajuda de todos neste momento extremamente delicado. Quanto mais ajudarmos e nos doarmos, mais rapidamente retornaremos à vida normal.

Para quantificação dos recursos, pedimos que as pessoas físicas e jurídicas interessados em participar que informem à Abraceel, no email angela@abraceel.com.br, as quantias a serem doadas, ressaltando-se o sigilo dessa informação.



8º Encontro do Preço Horário da CCEE debate dificuldades na reprodutibilidade do Dessem

Matéria em 1 minuto:

- A CCEE informou que ainda não tem garantida a reprodutibilidade do Dessem;
- De 0 a 10, a nota dos agentes é 5,8 sobre as necessidades e benefícios do preço horário;
- Não há nenhuma perspectiva de postergação da implementação do preço horário.



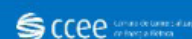
Tempo de leitura:
3 minutos

No dia **08.04**, a CCEE promoveu virtualmente o encontro mensal do preço horário. Foi informado que a Câmara finalizou o reprocessamento de todos os casos do Dessem de 2019 na versão **19.05** e que irão divulgar os resultados nos próximos dias. Em abril, foram aprovadas três novas versões com pequenas correções.

A contabilização sombra de fevereiro já está disponível na DRI. Com isso, ao comparar os valores de encargos, o valor total da contabilização sombra ficou R\$ 4,1 milhões maior do que o da contabilização oficial de fevereiro. Observa-se que as maiores diferenças são dos encargos relativos ao Constrained-On e Unit Commitment. Em janeiro, a diferença havia sido de R\$ 400 mil. Já na comparação com o mesmo mês de anos anteriores, houve expressiva redução de ESS.

A CCEE informou que ainda não tem garantida a reprodutibilidade do Dessem, e apesar da maioria das diferenças ser da ordem dos centavos, em algumas horas podem chegar a R\$50 MWh. Asseveraram estar estudando várias alternativas de solução, como o uso de um ambiente virtual único pelos agentes.

▶ Reprodutibilidade do Modelo DESSEM



- ▶ CCEE, ONS e CEPEL estão trabalhando em novos testes para identificar a viabilidade de garantir a reprodutibilidade dos casos;
- ▶ Alternativas em discussão:
 1. Explorar os parâmetros (setup) do otimizador CPLEX;
 2. CPLEX customizado (requer negociação técnico-comercial com a IBM);
 3. Utilização de um software que "simula" a execução num processador específico;
 4. Estratégia via código DESSEM, a ser desenvolvida pelo CEPEL, para manter Custo Total, CMO/PLD, Geração Térmica reprodutíveis;
 5. Uso de um ambiente virtual único para todos os Agentes de mercado.



A CCEE fez uma pesquisa com os agentes, para avaliarem de 0 a 10 se entendem a necessidade e benefícios do preço horário, se avaliaram os impactos comerciais da implementação, e se dominam a mudança de modelo e regras. A média geral das respostas foi de 5,8, considerada insuficiente. Por isso, a CCEE vai intensificar a instrução aos agentes, divulgando notas técnicas com análises dos impactos comerciais e promovendo maior transparência das reuniões da CPAMP e FTs, e também irão promover um novo treinamento.

Por fim, a CCEE informou que não há nenhuma perspectiva de postergação da implementação do preço horário. A reunião foi gravada e está disponível no site da CCEE e a apresentação pode ser encontrada no site da Abraceel. **O próximo encontro está agendado para o dia 21.05.**

SRG apresenta à Abraceel as propostas para redeclaração de inflexibilidade

Matéria em 1 minuto:

- Poder de mercado é a principal preocupação da Abraceel;
- Proposta da Aneel de limitar os valores parece mitigar o problema;
- Tema será discutido na reunião do GT de hoje, 15h.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia **06.04**, a Vice Presidência de Energia da Abraceel se reuniu, via videoconferência, com o Superintendente Adjunto de Regulação dos Serviços de Geração (SRG) da Aneel, Felipe Calabria, e equipe, para entender melhor as propostas da CP nº 08/2020, que discute a revisão da REN nº 614/2014, no que diz respeito aos critérios de indisponibilidade e inflexibilidade de centrais termelétricas.

Como a geração inflexível é abatida da carga, ela tem impacto direto na formação de preços. Hoje, os agentes termelétricos podem redeclarar os valores de inflexibilidade em qualquer etapa da programação, inclusive na etapa diária (Programa Diário de Produção - PDP), o que impacta na otimização do sistema e alocação dos custos do setor.

O problema maior é que a possibilidade de redeclaração faz com que algumas térmicas tenham poder de mercado e consigam influenciar o preço. Assim, o agente térmico pode redeclarar os valores de inflexibilidade de suas usinas, de forma a alterar os preços em seu benefício.

A Nota Técnica explora esse problema, ou seja, de que as redeclarações desotimizam a operação do SIN e por isso devem ser desincentivadas. A Abraceel expôs à SRG que a maior preocupação é a discricionariedade que os agentes termelétricos têm para influenciar o preço e os possíveis impactos disso no funcionamento do mercado livre.

O ONS quantificou as diferenças entre as inflexibilidades declaradas no PMO e no PDP. Como as redeclarações no PDP são geralmente de valores maiores do que no PMO, a carga utilizada no PMO fica maior no PDP, levando a CMO mais elevados. No submercado Sudeste e Sul, a diferença de CMO chegou a 6 R\$/MWh. Já no Norte e Nordeste os impactos foram observados em menos semanas, mas atingiram valores mais significativos, de até 41 R\$/MWh no Norte e 67 R\$/MWh no Nordeste.

A REN 614/2014 hoje estabelece que a média das declarações de inflexibilidade dos próximos cinco anos deve ser maior ou igual à declaração utilizada na garantia física. A proposta é que a média seja sempre igual ao valor utilizado no cálculo da garantia física.

Quanto à apuração da inflexibilidade, na regra atual o ONS calcula a média dos valores verificados nos últimos cinco anos e compara com a média dos valores declarados no



mesmo período. Se o verificado for menor que o declarado, a diferença é considerada como indisponibilidade da usina para os 12 meses seguintes.

A proposta da Aneel é que o valor de referência seja o maior entre a inflexibilidade utilizada na garantia física e a média dos primeiros anos do PEN dos últimos cinco anos. Para isso, serão feitas apurações intermediárias nas etapas anuais e semanais. Para a apuração semanal, é proposto que a média dos valores verificados na semana fique limitada ao que foi declarado na revisão do PMO, ao passo que a média anual deve respeitar o limite do valor de referência.

Alternativa 3:

Processo de apuração de inflexibilidades:

Inflexibilidade apurada
Inflexibilidade de referência



Dessa forma, a inflexibilidade de referência não leva em consideração as redeclarações. Mesmo permanecendo a possibilidade de haver redeclaração diariamente, a apuração se limita à média do que foi declarado antes. A análise inicial da Abraceel é que a proposta é positiva e mitiga o poder de mercado advindo das redeclarações.

Além disso, foi proposto que o ONS disponibilize em seu site um relatório de acompanhamento das inflexibilidades declaradas, verificadas e apuradas. Caso aprovadas, as mudanças valeriam a partir de 2021.

Por fim, outro ponto discutido na CP, é a respeito da utilização de crédito de Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM) para compensar indisponibilidade decorrente da falta de combustível, que possui impactos semelhantes aos da situação anterior. Logo, a sugestão da área técnica é revogar o crédito de GFOM, estabelecendo quatro anos para a utilização do saldo de GFOM existente.

Hoje, **09.04**, às 15h, será realizada uma videoconferência do Grupo Técnico da Abraceel, para discutir a Consulta Pública, que recebe contribuições até o dia **20.04**. O relato dessa reunião estará disponível na edição do Relatório Semanal da semana seguinte.

O Relatório de AIR e a Nota Técnica da Consulta Pública estão disponíveis na área restrita aos associados, em “Documentos Gerais”.

Fórum do Gás debate com ANP efeitos da pandemia no mercado de gás

Matéria em 1 minuto:

- ANP está trabalhando em uma cartilha sobre as melhores práticas regulatórias para o mercado de gás natural;
- Agência afirma que não espera atraso no cumprimento da sua agenda regulatória em decorrência do Covid-19;
- O timing para que consumidores cativos possam migrar para o mercado livre é principal entrave ao desenvolvimento do mercado de gás natural, no entender da ANP.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia **03.04**, a coordenação do Fórum do Gás se reuniu com o Superintendente de Infraestrutura e Movimentação (SIM) da ANP, Helio Bisaggio, e equipe, para discutir os efeitos da pandemia no mercado de gás natural e outros temas de interesse. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú.

Covid-19

A coordenação do Fórum teceu preocupações em relação aos impactos da pandemia no mercado de gás natural, ressaltando a possibilidade de utilização dos recursos do fundo de P&D para injeção de liquidez no mercado e de antecipação do reajuste no preço do gás natural, decorrente do ajuste da fórmula dos contratos pela redução do preço do petróleo.

A ANP disse que está acompanhando as tratativas em andamento e elogiou algumas ações, como a flexibilização de cláusulas contratuais e parcelamento de faturas. Ressaltou possuir poucas informações relativas ao programa de P&D, mas disse que o MME está se aprofundando no assunto e avaliará a possibilidade de atender ao pleito.

Quanto à antecipação dos preços, disse que, com base nos novos contratos, há expectativa de redução na molécula de 20% em maio e mais 10% em agosto, e que a modificação da fórmula de precificação pode trazer riscos no longo prazo, em especial em momentos de subida mais forte do preço. Também pontuou que é necessária ação dos consumidores junto às concessionárias e aos reguladores estaduais, para que a eventual antecipação na redução da molécula seja repassada às tarifas.

Diretrizes para a Regulação Estadual

Hélio informou que a ANP está trabalhando em uma cartilha sobre as melhores práticas regulatórias para o mercado de gás natural, para servir de referência aos estados, e espera, em breve, compartilhá-la com o Comitê de Monitoramento do Mercado de Gás Natural (CMGN). Ressaltou a importância de o tema constar do Plano Mansueto, por se tratar de pilar do Novo Mercado de Gás.



A coordenação informou que está atuando junto ao Governo Federal, Congresso Nacional e, em especial, ao relator do PLP 149/2019, Dep. Pedro Paulo (DEM-RJ), para sensibilizá-los sobre a importância de incluir novamente o texto inicial, que faz referência às diretrizes a serem elaboradas pela agência.

Agenda Regulatória

A ANP afirmou que não espera atraso no cumprimento da agenda em decorrência do Covid-19, e espera ainda este mês, no mais tardar em maio, colocar em consulta pública a independência do transporte, que está em fase final de elaboração. Ponderou, no entanto, que em decorrência da lei das agências, a ANP precisa elaborar AIR para todas as propostas regulatórias, e isso estaria atrasando um pouco os trabalhos.

Adaptação dos contratos de transporte

A Agência relatou que tem um intenso cronograma de trabalho com a Petrobras e transportadoras (NTS e TAG), para dar cumprimento à adaptação dos contratos de transporte, conforme exigência do TCC Cade-Petrobras. Estimou o avanço dos trabalhos em 80% para os contratos da NTS e 30% para os contratos da TAG. Finalizando a adaptação dos contratos, avaliarão a realização de chamada pública de contratação de capacidade conjunta entre os diferentes sistemas, com expectativa de realização ainda este ano.

Entraves ao desenvolvimento do mercado de gás

Questionada sobre o que consideraria como principal entrave ao desenvolvimento do mercado de gás natural, a ANP avaliou ser principalmente o timing para que consumidores cativos possam migrar para o mercado livre, uma vez que grande parte das regulações estaduais traz a exigência de seis meses a um ano de aviso prévio para a migração. Também criticou barreiras impostas à contratação da molécula de maneira parcial no mercado livre e cativo.

Destacou, no entanto, que há muitas oportunidades de nova oferta do GNL importado por novos agentes e da oferta dos produtores que atualmente vendem para a Petrobras, mas que terão que ofertar ao mercado. Destacou ainda que é preciso “criar” novos produtos, como exemplo, oferta de curto-prazo e de suprimento de última instância. Acredita que à medida em que os agentes forem tendo esta necessidade, o mercado desenvolverá esses tipos de produtos.

Por fim, solicitou que os agentes levassem casos práticos ao conhecimento do regulador, para que esse pudesse avaliar medidas mais concretas para destravar o mercado.



Abraceel discute segurança de mercado com CCEE e Aneel

Matéria em 1 minuto:

- CCEE diz que soluções propostas não são estruturais e podem avançar com rapidez;
- Câmara planeja que Aneel coloque o tema em audiência pública nos próximos 30 dias. Tudo o que irá para consulta será apresentado ao mercado anteriormente;
- Discussão sobre chamada de margem fica para um segundo momento.



Tempo de leitura:
4 minutos

Nesta quinta-feira, **09.04**, CCEE, Aneel e Abraceel fizeram videoconferência para tratar da pauta “Segurança do Mercado”. Participaram pela CCEE os Conselheiros Rui Altieri, Rose Santos e Ary Pinto. Pela Aneel, o Diretor Efraim Cruz e pela Abraceel a Diretoria Executiva.

Rui Altieri começou relatando que o tema na CCEE estava sendo conduzido por Ary Pinto, mas com o término do seu mandato, está sendo transferido para Rose Santos, que já vinha acompanhando as discussões.

Na sequência, passada a palavra a Efraim Cruz, esse afirmou que se busca solução que não venha a complicar o mercado, mas sim no sentido de agregar.

Rose Santos afirmou não haver nada de novo, mas sim de regulamentar iniciativas já feitas pela CCEE que são de conhecimento dos agentes e da Aneel. Entende que segurança do mercado é um tema dinâmico e sempre presente, requerendo constantes aprimoramentos. Manifestou intenção de trazer as propostas de aprimoramentos com amplo debate e discussão. Sugere apresentar sugestões de mãos dadas com o mercado. Acrescentou que as soluções propostas não são estruturais e, portanto, podem avançar com rapidez.

A ideia da CCEE é que a Aneel possa colocar o assunto em audiência pública nos próximos 30 dias. A chamada de margem deve vir em um segundo momento, não agora. Sugeriu como medidas de curto prazo:

- 1) critérios de entrada, de manutenção e saída de agentes;
- 2) Constituição empresarial dos agentes
 - a. Monitoramento de empresas inativas por grupo econômico
 - b. Débitos anteriores de empresas do grupo econômico
 - c. Nomenclatura e sigla similares (ex: Bio Comerc)

- 3) Operacional de agentes

4) Monitoramento e operação

5) Desligamento do agente após inadimplemento.

Rui acrescentou que o tema não é pequeno, significa limpar o mercado, questão importante para a CCEE.

Reginaldo manifestou-se pela Abraceel, afirmando que é importante o aprimoramento dos critérios de entrada, manutenção e saída. Concorda que a questão não é pequena, e está alinhada com ações da Abraceel. Considera importante a discussão, mas entende que é preciso avaliar os detalhes. Rui afirmou, a seguir, que essa é a ideia, abrir a consulta pública para contribuição e melhora da proposta original.

Efraim concordou que a chamada de margem devesse ficar para um segundo momento. Acrescentou que a CP poderia ter duas fases, a primeira essa, que está bem alinhada entre instituições e agentes, que diz respeito a maior rigidez nos critérios de entrada, permanência e saída, com a discussão da chamada de margem em um segundo momento. A ideia é de abrir a CP no prazo máximo de um mês. Há uma dificuldade, pois o processo inicial foi intitulado de chamada de margem, mas a NT que está sendo elaborada trata desses outros temas.

Asseverou que há um acordo de que nada irá para a CP sem que a Abraceel e o mercado tenham conhecimento antes. Na semana em que o tema for lançado, irão convidar a Abraceel para discussão antes de abertura da CP.

Reginaldo agradeceu a iniciativa e a preocupação da Aneel com o diálogo e alinhamento com os agentes. Enalteceu que isso mitiga divergências desnecessárias e até eventuais ações judiciais que são adotadas sem diálogo. Agradeceu imensamente as informações e a preocupação do regulador e da Câmara.

Ary Pinto mencionou a iniciativa com a BBCE de que os contratos negociados na plataforma fossem registrados automaticamente na CCEE. Na proposta, a BBCE criaria uma espécie de novo mercado, no qual algumas empresas aceitariam formalizar um termo aditivo, e apenas essas operações específicas seriam colocadas diretamente na CCEE. Rose afirmou que não se consegue fazer com que todos os associados da BBCE aceitem o termo aditivo que seria necessário. Considera uma situação ganha-ganha para a CCEE, que aumenta abrangência do seu monitoramento, pois cria uma espécie de cadastro positivo.

Reginaldo manifestou o interesse em conhecer mais detalhes sobre o tema, até porque historicamente a Abraceel foi contrária à CCEE se envolver em atividades de risco como, eventualmente, uma bolsa.



Rui entende que a questão ainda não está madura para discussão agora. O objetivo da CCEE não é virar bolsa, mas apenas obter mais informações para ampliar a segurança do mercado. Para a CCEE, os assuntos Bolsa e Clearing estão superados, não há menor interesse nisso. Prometeu que quando o tema estiver mais maduro, será discutido com a Abraceel.

Rose Santos reforçou que o tema será discutido quando estiver maduro e que o objetivo é ter mais informações.

Ao final, Reginaldo questionou sobre o problema de associados que estão sofrendo redução de CCEAR. Em resposta, Rui disse que essa é a regra do jogo. Há redução de CCEAR em razão da migração de consumidores cativos para o livre, isso está previamente pactuado nos contratos. Afirmou que esse movimento que ocorreu em fevereiro e já vinha ocorrendo em meses anteriores, fora do cenário da pandemia. Com a redução do mercado é possível que isso se intensifique, já que não deverão ocorrer MCSD e eventuais sobras decorrentes de migração deverão ser abatidas dos CCEARs.

Alexandre Lopes questionou se estavam cientes da autorização da CVM autorizando a B3 a registrar contratos. Rui disse que não, e solicitou que a informação fosse compartilhada.



CURTAS

Abraceel discute com Banco Safra efeitos na pandemia no mercado livre

Na terça-feira, **07.04**, Reginaldo Medeiros e Frederico Rodrigues participam de call com o Banco Safra para discutir os efeitos da pandemia no mercado livre de energia. Os analistas do Banco Safra pediram que os executivos da Abraceel falassem sobre a posição dos comercializadores no cenário atual, tendo-lhes sido mostrado as recomendações que a Associação fez, de estreita observância aos contratos e de negociação entre as partes. Como analistas de investimento, demonstraram interesse em saber a visão da Abraceel sobre as perspectivas de curto prazo, que é a da certeza que a crise passará e que o setor, como de outras vezes, saberá solucionar seus problemas.

Experiências do mercado americano na crise do coronavírus

No dia **07.04**, a Abraceel realizou call com representantes da BP do Brasil e dos Estados Unidos. Na pauta, a situação do mercado americano com a crise do coronavírus e como os agentes de lá estão lidando com os impactos da pandemia em seus negócios e nas suas relações contratuais. **A Abraceel agradece à associada BP pela interlocução na realização do encontro.**

Marcelo Loureiro é o indicado da categoria comercialização na 21ª AGO da CCEE

A CCEE realizará dia **15.04**, próxima quarta-feira, sua 21ª AGO para eleição de novos conselheiros. A indicação da categoria comercialização, conforme acordado entre Abraceel e Abrace, é o engenheiro Marcelo Loureiro. No dia **07.04**, a CCEE informou que sua 21ª Assembleia Geral Ordinária – AGO será transmitida por meio do sistema de videoconferência Webex, onde o agente poderá acessar por meio do link que será disponibilizado previamente pela Câmara. A CCEE informou que, para os agentes que optarem pela votação online, será necessário atualizar os dados de representação até o dia **14.04**, às 12h, no Ambiente de Operações, na seção “Minhas Empresas”, sem a necessidade de envio de procuração física à CCEE. Vale ressaltar que a votação online será por meio de uma nova ferramenta em desenvolvimento e divulgada pela CCEE. Por fim, é importante a participação dos associados na AGO para a eleição do candidato apoiado pela Abraceel.

Diretrizes Federais à Regulação Estadual ao PLP nº 149/2019

No dia **03.04**, o Fórum do Gás enviou carta aos representantes do Ministério da Economia e ao Relator do Projeto de Lei Complementar nº 149/2019, para sensibilizá-los sobre a importância de incluir novamente no referido PLP as diretrizes federais para orientar a regulação estadual

do mercado de gás. **As cartas enviadas estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**

Limite de venda das distribuidoras no MVE ampliado

No dia **27.03**, o ONS divulgou a Nota Técnica nº 25/2020 referente aos quantitativos da capacidade remanescente do SIN para escoamento de geração, de caráter indicativo, para fins de subsídio ao Leilão de Energia Nova A-4 de 2020, que foi postergado. As diretrizes para elaboração das Notas Técnicas de quantitativo de capacidade de escoamento estão sendo discutidas no âmbito da CP nº 91 do MME, cuja minuta de contribuição da Abraceel foi enviada por e-mail ao Grupo Técnico e que recebe contribuições até a próxima quarta-feira, dia **08.04**. **A íntegra da NT está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.**

Mercado livre de gás no Amazonas

No dia **08.04**, o Projeto de Lei nº 153/20, de autoria do Deputado Estadual Josué Neto, que dispõe sobre medidas para o mercado de gás natural canalizado no Estado do Amazonas, foi apresentado e aprovado na Sessão Ordinária virtual da Assembleia Legislativa do Estado e seguiu para sanção do governador do Amazonas. Sobre as medidas dispostas no PL, que segundo o relator visa promover a abertura do mercado de gás no Estado, destacamos: o Consumidor Livre deve (i) contratar capacidade de distribuição igual ou superior a 300 mil m³/mês e (ii)

requerer o enquadramento diretamente ao órgão regulador com antecedência mínima de 60 dias; o Agente Comercializador deve ser registrado e autorizado pela ANP, em nível federal, e autorizado pelo regulador estadual. **Essas e outras medidas estão dispostas no PL que se encontra na íntegra na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**

Estudo PSR

Nessa terça-feira, **07.04**, a Diretoria Executiva da Abraceel realizou videoconferência com consultoria PSR, a pedido dessa, para tratar do estudo contratado por seis associações - Abraceel, Abiape, Abrace, Abradee, Apine e Abragel - para a elaboração de propostas de consenso para reduzir os impactos das medidas de isolamento social do COVID-19 sobre o setor elétrico, em especial o aumento da inadimplência e a queda de consumo no ACR.



A PSR iniciou com a Abraceel as entrevistas que pretende fazer com as associações, com foco em propostas de manutenção do fluxo de caixa do setor e nas operações do ACR. A Abraceel apresentou sua visão de respeito aos contratos e negociação bilateral entre as partes. Foram discutidas possíveis soluções, como uma nova Conta-ACR gerida pela CCEE



e a possibilidade de aportes pelo Tesouro Nacional. A expectativa é de que nos próximos 10 dias a PSR apresente uma primeira versão do que considera uma solução sistêmica de maior convergência para o setor.

Contribuição Abraceel à CP nº 91/MME

A Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública nº 91 do MME, que trata das diretrizes para definição de capacidade remanescente para escoamento de geração de energia elétrica. **A versão final da contribuição está disponível no site da Abraceel, seção Biblioteca > Contribuições e Notas Técnicas.**



AGENDA SEMANAL ABRACEEL

13.04 Segunda-feira

Reginaldo Medeiros participa de reunião extraordinária do Fórum Nacional da Indústria, via plataforma online, às 14h.

15.04 Quarta-feira

21ª Assembleia Geral Ordinária da CCEE, quando serão submetidos ao escrutínio dos agentes os nomes dos candidatos às três vagas no Conselho da Câmara, entre os quais o candidato da Abraceel/Abrace, Marcelo Loureiro.

16.04 Quinta-feira

Vice-Presidência de Energia participa de webinar com MontelNews para discutir a pandemia do coronavírus e o mercado de energia europeu, via plataforma online, às 11h.